



INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA
ALIMENTAR

**(IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NO HAITI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
LIANCOURT, ARTIBONITE, HAITI**

IDEGE AIMABLE

Foz do Iguaçu

2018



INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA
ALIMENTAR

**(IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NO HAITI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
LIANCOURT, ARTIBONITE, HAITI**

IDEGE AIMABLE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Latino-Americano de Economia Sociedade e Política Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção parcial do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia Zimmermann

Foz do Iguaçu

2018

IDEGE AIMABLE

(IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NO HAITI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE LIANCOURT, ARTIBONITE, HAITI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção parcial do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia A. Zimmermann (UNILA)

Prof. Dr. Valdemar João Wesz Júnior (UNILA)

Prof. Dr. Régis da Cunha Belem (UNILA)

Foz do Iguaçu, 14 dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. A Universidade Federal e Integração Latino-Americana (UNILA), pela oportunidade de fazer o curso.

Agradeço a minha orientadora Silvia A. Zimmermann pelo suporte, incentivo, paciência e as contribuições acadêmicas para realizar este trabalho.

Agradeço aos professores da banca Valdemar João Wesz Júnior e Régis da Cunha Belem por participarem na minha defesa.

Agradeço a minha família, de modo especial aos meus pais pelo apoio durante todos os anos de graduação e Wisly Joseph que me ajudou e me deu força para vencer essa etapa da vida acadêmica.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas que deram uma contribuição valiosa durante minha trajetória acadêmica.

AIMABLE, Idege. **(IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NO HAITI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE LIANCOURT, ARTIBONITE, HAITI.** 2018; 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

A liberalização da economia haitiana começa na década de 1980 e ganha força em meados dos anos de 1990, por um conjunto de projetos neoliberais que provocou uma grande diminuição na produção da agricultura nacional no Haiti. Em consequência, a maioria da população atravessa uma situação de pobreza, fome e insegurança alimentar. O presente trabalho tem como objetivo analisar a situação da insegurança alimentar da população do Departamento Artibonite, especificamente na seção de Liancourt, da comunidade Verrettes, Haiti. Foi utilizada a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como instrumento teórico analítico. O trabalho foi realizado por meio de revisão de fontes bibliográficas e aplicação de um questionário, baseado na escala latino-americana e caribenha de segurança alimentar (ELCSA), que foi traduzido para o crioulo haitiano e aplicado em sete famílias de agricultores de Liancourt. A pesquisa constatou que todas as famílias entrevistadas apresentam insegurança alimentar moderada e severa. Neste sentido, entende-se que para superar essa situação de insegurança alimentar é necessária a ação do Estado através de políticas públicas.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Políticas públicas, Haiti.

AIMABLE, Idege. **(IN) SEGURIDAD ALIMENTARIA EN HAITÍ: Un ESTUDIO DE CASO SOBRE LIANCOURT, ARTIBONITE, HAITI.** 2018, 66 p. Trabajo de Conclusión de Curso (Graduación en Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria) - Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMEM

La liberalización de la economía haitiana comienza en la década de 1980 y gana fuerza a mediados de los años 1990 por un conjunto de proyectos neoliberales que provocó una gran disminución en la producción de la agricultura nacional en Haití. En consecuencia, la mayoría de la población atraviesa una situación de pobreza, hambre e inseguridad alimentaria. El presente trabajo tiene como objetivo analizar la situación de la inseguridad alimentaria de la población del Departamento Artibonite, específicamente en la sección de Liancourt, de la comunidad Verrettes, Haiti. Se utilizó la seguridad alimentaria y nutricional (SAN) como instrumento teórico de análisis. El trabajo fue realizado por medio de revisión de fuentes bibliográficas y aplicación de un cuestionario, basado en la escala latinoamericana y caribeña de seguridad alimentaria (ELCSA), que fue traducido al criollo y aplicado en siete familias de agricultores de Liancourt. La investigación constató que todas las familias entrevistadas presentan inseguridad alimentaria moderada y severa. En este sentido, se entiende que para responder a esa situación de inseguridad alimentaria es necesaria la acción del Estado a través de las políticas públicas.

Palabras-clave: Seguridad Alimentaria y Nutricional, Políticas públicas, Haiti.

AIMABLE, Idege. (IN) **SECURITE ALIMENTAIRE EN HAITI: UNE ÉTUDE DE CAS SUR LIANCOURT, ARTIBONITE, HAITI.** 2018; 66 p. Travail de Conclusion de Cours (diplôme en Développement Rural et Sécurité Alimentaire) - Université Fédérale d'Intégration Latino-Américaine, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMÉ

A libéralisation de l'économie haïtienne a commencé dans les années 1980 et a été renforcée au milieu des années 1990 par un ensemble de projets néolibéraux qui ont entraîné une forte diminution de la production de l'agriculture nationale en Haïti. En conséquence, la majorité de la population souffre de pauvreté, de faim et d'insécurité alimentaire. La présente étude vise à analyser la situation d'insécurité alimentaire de la population du département de l'Artibonite, en particulier dans la section de Liancourt de la communauté de Verrettes, Haïti. La sécurité alimentaire et nutritionnelle (SAN) a été utilisée comme instrument d'analyse théorique. Le travail a été effectué en examinant les sources bibliographiques et en appliquant un questionnaire, fondé sur l'échelle de sécurité alimentaire pour l'Amérique latine et les Caraïbes (ELCSA), qui a été traduit en créole et appliqué à sept familles des agriculteurs de Liancourt. L'enquête a révélé que toutes les familles interrogées présentaient une insécurité alimentaire modérée et grave. En ce sens, il est entendu que pour faire face à cette situation d'insécurité alimentaire l'action de l'État au travers de politiques publiques est nécessaire.

Mots-clés: Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle, Politiques publiques, Haïti.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01.....	26
Figura 02.....	38
Figura 03.....	38
Figura 04.....	39
Figura 05.....	41
Figura 06.....	42
Figura 07.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 01.....	44
Quadro 02.....	46
Quadro 03.....	47
Quadro 04.....	51
Quadro 05.....	52
Quadro 06.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP- Estados do Caribe, África, Pacífico

AIDS- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

APE - Acordo Parceria da Econômica

BRH- Banco República do Haiti

CARICOM- Mercado Comum da Comunidade e do Caribe

CNSA - Conselho Nacional da Segurança Alimentar

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA-Direito Humano à Alimentação Adequada

ELCSA- Escala Latino-Americana e Caribenha de Segurança Alimentar

EU - União Européia

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FMI - Fundo Monetário Internacional

IA - Insegurança Alimentar

IAN - Insegurança Alimentar e Nutricional

IHSI- Instituto Haitiano de Estatística e Informação

IGSM- Índice geral de Segurança Alimentar

MSPP- Ministério da Saúde Pública e População

ODM - Objetivos de Desenvolvimento de Milênio

OMC - Organização Comércio Mundial

ONGs - Organizações não Governamentais

PAPDA- Plataforma de Advocacia Haitiana para o Desenvolvimento Alternativo

PMDS - Países Menos Avançados

SA - Segurança Alimentar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO I- SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	12
1.1 Evolução histórica do conceito da SAN.....	12
1.2 SAN: Pobreza, Fome, Desnutrição e Insegurança Alimentar.....	16
1.3 Direito à Alimentação Adequada e Soberania Alimentar.....	17
1.4 Soberania Alimentar.....	19
1.5 Insegurança Alimentar e Nutricional e Vulnerabilidade Social.....	21
1.6 Políticas Públicas.....	23
CAPITULO II - CRISE ALIMENTAR E POBREZA NO HAITI.....	25
2.1 A República do Haiti.....	25
2.2 Evolução da pobreza no Haiti.....	26
2.2.1 Aspectos Econômicos.....	28
2.2.2 Aspectos Sociais.....	29
2.2.3 Aspectos Ambientais.....	31
2.3 A Situação da Segurança Alimentar no Haiti.....	32
2.4 O Departamento Artibonite e a Situação de Segurança Alimentar.....	34
CAPITULO III- A SAN E O CASO DA SEÇÃO DE LIANCOURT.....	36
3.1 Características de local do estudo.....	36
3.2 Os discursos dos agricultores entrevistados.....	39
3.3 Avaliação de ISAN através da ELCSA.....	43
3.4 Coleta de dados.....	50
3.5 Resultados e discussões.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

A liberalização da economia haitiana começa na década de 1980 e se reforça em meados dos anos de 1990, por um conjunto de projetos neoliberais que provocou uma grande diminuição em termos da agricultura. Em consequência, a maioria da população atravessa uma situação de pobreza, fome e insegurança alimentar.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a situação segurança alimentar da população do Departamento Artibonite especificamente na seção de Liancourt da comunidade Verrettes, Haiti.

Foi escolhido Artibonite porque é a principal área produtora de arroz e fornece mais da metade da produção total de arroz do país. Artibonite é considerado o pulmão da República do Haiti no campo de produção de arroz, também é considerado o motor econômico do país nas diversas culturas (ALTINEUS, 2015, p.88). Entretanto, a taxa da insegurança alimentar é mais elevada no departamento Artibonite que em outros departamentos do país¹. Estes fatores nos levam a estudá-lo. Também, a pesquisa ocorre em Liancourt, comunidade Verrettes, em Artibonite, por facilidade de acesso para a pesquisadora.

A segurança alimentar e nutricional é nossa base teórica, a partir da perspectiva do:

“direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social econômica e ambientalmente sustentáveis” (MALUF, 2011).

O trabalho é baseado em revisão bibliográfica das fontes de informações estudos acadêmicos e documentos governamentais e não governamentais para entender melhor o tema e a região do estudo. Também

¹ Três departamentos superam a prevalência de insegurança alimentar a nível nacional. É por ordem de importância do departamento de Artibonite (54,9%), Noroeste (46,1%) e Sudeste (41,1). Por outro lado, quatro departamentos têm a menor prevalência de insegurança alimentar. Esta é uma ordem crescente do Departamento do Norte (28,9%), Nordeste (30,5%), Nippes (30,7%) e GRAND'ANSE (32,7%) (CNSA, 2011).

foi realizada a aplicação do questionário da Escala Latino-Americana e Caribenha de Segurança Alimentar (ELCSA) (FAO, 2012), que permite a análise do problema de insegurança alimentar. Este questionário foi traduzido do espanhol para o crioulo hatiano e aplicado em 7 famílias da seção de Liancourt, da comunidade Verrettes, em Artibonite, no período entre agosto e novembro de 2018.

O questionário de 15 perguntas em crioulo haitiano foi aplicado pelo agrônomo Dupervil Alfred, primo da pesquisadora, que executou a atividade de campo. Em função das limitações de acesso ao campo pela pesquisadora foi Dupervil quem escolheu a seção de Liancourt, por ter um solo fértil para produção agrícola, ter produção de alimentos, ser visivelmente frágil a segurança alimentar e ser de mais fácil acesso. A aplicação do questionário foi acompanhada pela pesquisadora, por gravação de áudio e on-line, por meio de whatsapp.

Esta monografia é estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo discute o conceito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sua historicidade e definição, quando são abordadas temáticas e conceitos como Direito a Alimentação Adequada, Soberania Alimentar, Insegurança Alimentar e Nutricional e a Vulnerabilidade Social e políticas públicas.

O segundo capítulo apresenta brevemente uma trajetória da pobreza no Haiti, a situação da saúde, os problemas ambientais e seus reflexos na segurança alimentar do país.

O terceiro capítulo apresenta o estudo realizado, características do local, discussões entre os entrevistados, avaliação da segurança alimentar a partir do questionário da Escala Latino-Americana e Caribenha, coleta de dados e os resultados encontrados no estudo.

Nas considerações finais, conclui-se que a falta de ação governamental por meio de políticas públicas é uma das causas fundamentais da pobreza, fome e insegurança alimentar nas famílias entrevistadas na seção de Liancourt, em Verrettes, Artibonite.

CAPITULO I- SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Neste capítulo estudamos o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), durante sua evolução histórica na Europa até América Latina e Caribe. Mostramos as contribuições das organizações internacionais e também suas lutas por respeito o direito à alimentação adequada em favor das pessoas vulneráveis. É importante mencionar a ausência de um conceito de segurança alimentar e nutricional que dê significado à problemática que nós chamamos insegurança alimentar, que deve ser enfrentado pelas políticas públicas, sobretudo de soberania alimentar, definida como a capacidade de um país produzir e consumir seus próprios alimentos.

1.1 Evolução histórica do conceito da SAN

Quando estudamos a história da alimentação no mundo, as problemáticas relacionadas à fome foram grandes preocupações. “Desde os povos primitivos até nossos dias”, os povos lutam por respeito do direito à alimentação, “no entanto, foi no início do século XX que começou a se formar o que poderíamos chamar de compreensão mais global sobre o significado da Segurança Alimentar” (CONTI, 2009, p. 17). A questão da fome e a pobreza é, em grande parte, o resultado “de problemas como secas, inundações, mudanças climáticas, gelos, chuva em excesso [...] tremores de terra, ataques de predadores como gafanhoto, ratos e outros parasitas [...]” (GOMES, 2015, p.20); e também problemas sócio-políticos como as guerras mundiais de 1914 e 1945, sem citar a baixa produtividade agrícola, mais influente nos países subdesenvolvidos.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o termo segurança alimentar passou a ser utilizado na Europa. Nessa época, o seu conceito tinha estreita ligação com o modelo de segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável aos possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares (LEÃO, 2013, p. 11). Segundo Maluf (2011, p. 30), “a ação

estatal foi [...] o nascedouro da noção de segurança alimentar significados e possibilidades de aplicação conforme as circunstâncias que condicionam a atuação dos governos”. O autor também comenta que além das contribuições dos governos, as organizações internacionais têm uma importância relevante na organização dos eventos tanto nacional ou internacional de combate à fome.

Em relação às contribuições das organizações internacionais, pela preocupação de combater a fome e pobreza no mundo contemporâneo, foram lançadas diferentes iniciativas, por exemplo, a FAO em 1945 e a OMS em 1948. Ambas tiveram suas bases lançadas na Conferência das Nações sobre Alimentação e Agricultura, realizada em Hot Springs, (Virgínia, Estados Unidos), em 1943, quando participaram os representantes de 44 governos. Dessa reunião, surgiria a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

A declaração produzida naquela conferência já afirmava, explicitamente, que a causa primeira da fome e da desnutrição era a pobreza, conclamando pela promoção de poder de compra suficiente para uma dieta adequada para todos, embora insistindo também para insuficiência da produção de alimentos. Nesse aspecto, a meta principal seria as pessoas libertarem-se da carência alimentar. (MALUF, 2011, p.51).

Em 1952, pela primeira vez desde 1939, as disponibilidades alimentares mundiais recuperam o nível do pré-guerra e a etapa de reconstrução está superada (CHONCHOL, 2005, 33). Neste contexto, a segurança alimentar começa a ganhar força e se trata como uma questão relacionada à disponibilidade de alimentos.

Na década de 1970, o déficit de consumo de alimentos foi atribuído principalmente ao fornecimento insuficiente de alimentos. Naquele momento ocorre a I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, realizada em Roma, em 1974, onde segurança alimentar foi definida como “a garantia de adequado suprimento alimentar mundial para sustentar a expansão do consumo e compensar eventuais flutuações na produção e nos preços”².

² Segurança alimentar: um conceito em construção. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/2005/09/02.shtml>

Neste sentido, FAO é considerada um dos organismos que desempenha um papel importante na defesa da segurança alimentar no mundo. Na XII Conferencia Mundial, em 1989, a FAO afirma que:

O objetivo final da Segurança Alimentar Mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos de que necessitam (...) a segurança alimentar deve ter três propósitos específicos: assegurar a produção alimentar adequada; conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte dos que os necessitam. (MENEZES, 2001, p. 55).

Conforme defende a FAO, quatro componentes são extremamente necessários para uma vida segura em termos de alimentação: disponibilidade física, acesso econômico e físico, uso como o corpo otimiza diferentes alimentos, higiene, diversidade de dieta, distribuição de alimentos no interior e a estabilidade das três dimensões ao longo do tempo³.

Segundo Maluf (2011, p.62), nos anos 1980 ocorreu uma importante inflexão na direção de colocar ênfase na capacidade de acesso aos alimentos pelos indivíduos e grupos sociais. Esta ideia foi consolidada nas declarações da II Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado segurança alimentar e nutricional.

Na segunda Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, mais de 800 milhões de pessoas, a nível mundial, e, particularmente, nos países em desenvolvimento, não tinham alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas. No evento foi discutida a preocupação com a qualidade do alimento gerado e oferecido, em especial nos países menos desenvolvidos, reafirmado o direito de todos ao acesso a alimentos seguros e nutritivos com o objetivo imediato de reduzir, até metade do seu nível atual, o número de pessoas subalimentares até, ao mais tarde, o ano 2015 (FAO, 1996).

³ Esta definição foi adotada na Cúpula Mundial da Alimentação realizada em Roma em novembro de 1996. Sob os auspícios da FAO, a cúpula reuniu representantes de 185 países, instituições internacionais, mais de 1.000 organizações não governamentais (ONGs), totalizando quase 10 mil participantes para erradicar a fome. A principal mensagem foi que, mesmo que 1 em cada 5 da população mundial ainda sofresse de manancial, a segurança alimentar global era um objetivo realista. O desejo de reduzir para metade o número de pessoas subnutridas (830 milhões em 1996) até 2015 foi proclamado.

Neste encontro, a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação estabelecem as bases para diversas trajetórias, de maneira a atingir um objetivo comum – segurança alimentar a nível individual, familiar, nacional, regional e mundial. Desde então, a Segurança Alimentar ocorre quando:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã (FAO, 1996).

De acordo com Maluf e Menezes (2001), a segurança alimentar depende não apenas da existência de um sistema que garanta, presentemente, a produção, distribuição e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, mas que também não venha a comprometer a mesma capacidade futura de produção, distribuição e consumo.

Também na Declaração final da Conferência Mundial Alimentação foi apontada a pobreza como principal causa da Insegurança Alimentar, de modo que as políticas públicas deveriam combater:

[...] para suprimir a pobreza e a desigualdade, para melhorar o acesso físico e econômico de todos, e em todo momento, a alimentos suficientes, nutricionais adequados e seguros, assim como seu uso eficiente (FAO, 1996).

A SAN continua sendo um grande desafio no Haiti, uma preocupação para o Estado haitiano devido à contínua aceleração da insegurança alimentar desde o último terremoto, em 2010. A seguir discutimos brevemente: fome, pobreza, desnutrição e insegurança como noções básicas da SAN, para entendermos melhor a situação de vulnerabilidade do país.

1.2 SAN: Pobreza, Fome, Desnutrição e Insegurança Alimentar

Na obra de “Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas”, Conti (2009, p. 16) distingue dois tipos de pobreza. O primeiro é a Pobreza absoluta que ocorre por falta ou insuficiência de renda, as pessoas são privadas do acesso aos meios básicos como alimentação, saúde,

habitação, vestuário, educação, transporte e segurança para levarem uma vida digna.

O segundo tipo é a chamada Pobreza relativa que é medida pela média geral do nível de vida da população. Nessa modalidade, as situações de desigualdade social podem servir de mecanismo para esconder ou distorcer a real dimensão da pobreza absoluta, sobretudo em sociedades assimétricas (idem, 2009, p. 16).

A Fome é definida como um conjunto de sensações provocadas pela privação de nutrientes que incitam a pessoa a procurar os alimentos e que cessam com a sua ingestão (CONTI, 2009, p. 16). Segundo o autor, esta ocorre quando as pessoas não conseguem obter alimentação diária em quantidade e qualidade suficientes para suprir as necessidades de energia requeridas para a manutenção de seu organismo, considerando suas várias atividades físicas normais. Os casos extremos de fome são também chamados de miséria e penúria

No artigo “A dimensão da pobreza da fome e da desnutrição no Brasil”, de 1995, Monteiro afirma que a Desnutrição refere-se aos indivíduos cujos organismos manifestam sinais clínicos provenientes da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou decorrentes de doenças que determinem o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos (MONTEIRO, 1995, p. 195).

Conforme afirma Monteiro, os três conceitos descritos diferenciam-se. Um indivíduo, ou toda uma sociedade, poderá estar livre da fome e ainda assim ser pobre, bastando que sua pobreza se expresse através do não-acesso a educação e a cuidados de saúde, de condições insalubres de moradia ou através de outras carências matérias igualmente importantes.

Frente a essas condições de vulnerabilidade, o conceito SAN na orientação e políticas públicas serve ao propósito de combater a fome, pobreza, desnutrição; e “um objetivo de ações e políticas públicas subordinado a dois princípios que são: o direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar” (MALUF, 2011, p.18).

1.3 Direito à Alimentação Adequada e Soberania Alimentar

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 afirma desde o primeiro artigo, que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos [...]” (DUDH, 1948). Esses direitos são universais, indivisíveis, inalienáveis e interdependentes. E um deles é o direito à alimentação evocada no artigo 25, I, da Declaração, afirma que:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados, médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (DUDH, 1948).

O “Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais” (1966) reforçou este direito em seu artigo 11, I, ao afirmar que os Estados que ratificam esse Pacto também reconhecem “o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequada, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida” (ONU, 1966).

Na Declaração de Roma, sobre Segurança Alimentar Mundial, os Estados reconhecem esse direito, que assim se define:

O direito à alimentação é o direito a ter acesso regular, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequada e suficiente, que corresponda às tradições culturais do povo de que é originário o consumidor e que lhe assegure uma vida psíquica e física, individual e coletiva, livre de angústia, satisfatória e digna (ZIEGLER, 2012, p. 19).

De acordo com Elisabete Maniglia (2009, p.126), o direito à alimentação passou a se inserir no contexto do direito à vida, à dignidade, à autodeterminação e à satisfação de outras necessidades básicas.

O direito à alimentação está consolidado como marco legal e conceitual em torno do qual se organiza a luta contra a fome em nível nacional.

Um direito universal dos cidadãos, que está apresentando uma dupla dimensão: livrar a população da fome e garantir a alimentação em quantidade e qualidade adequada, sem riscos de incertezas e poder adquiri-lo por meio de próprios esforços (ALMEIDA FILHO e VIVERO, 2010 p.29).

Portanto, para que seja garantido o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) o Estado tem as seguintes obrigações: i) respeitar o direito à alimentação; ii) proteger esse direito e iii) torná-lo efetivo. O DHAA à realização dessas três tarefas coloca a necessidade de construção de um quadro institucional que possa dar amparo às políticas públicas voltadas à SAN e recursos físicos e financeiros para a sua implementação (BELIK, 2010).

Na visão de Maluf e Reis (2013, p.19), a disponibilidade de alimentos não é suficiente para garantir o direito à alimentação, na medida em que a garantia desse direito requer o respeito ao princípio ético do acesso digno à alimentação. Requer, também, que se considere a diversidade tanto nutricional quanto cultural das pessoas, das famílias, dos grupos sociais, das culturas regionais e nacionais, como requisito para se alcançar a soberania alimentar. Não obstante, restam muitas incoerências no âmbito das políticas públicas e da ajuda alimentar internacional.

Neste sentido, o Estado deve buscar garantir a capacidade para as suas populações de se alimentarem bem e adequadamente através estabelecimento de reforma agrária, investimento na agricultura familiar, no abastecimento de água, promoção de saúde e garantia do direito humano à alimentação para construção e reconstrução da soberania alimentar no país.

1.4 Soberania Alimentar

O conceito de soberania alimentar que surge no início dos anos 2000, através dos movimentos sociais camponeses, como reação às políticas agrícolas neoliberais desenvolvidas em todo o mundo entre os anos de 1980 e 1990. A soberania alimentar é um conceito de grande importância para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar

e nutricional. É relativo ao direito dos povos de decidir sobre o que produzir e consumir (LEÃO, 2013).

Na declaração final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado, em Cuba em 2001, o conceito de soberania alimentar é definido pela Via Campesina⁴ como sendo:

o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos campeiros, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Havana (CUBA, 2001 *apud* MALUF, 2011, 23).

Segundo Belik, “com o agravamento da crise dos alimentos no ano de 2008 e com o crescimento do número de pessoas subnutridas, dados da FAO, o tema da soberania alimentar voltou à pauta” (BELIK, 2010, p.177). De acordo com Conti (2009), que diz a Soberania Alimentar está estreitamente relacionada às relações econômicas e ao comércio internacional, que precisam ser reguladas pelos Estados, sob pena de desequilibrarem a produção e o abastecimento interno de cada país (CONTI, 2009, p. 30).

Neste sentido, a soberania alimentar em relação à segurança alimentar pode ser um mecanismo para enfrentar o problema da acessibilidade e da disponibilidade de alimentos nos países subdesenvolvidos. Na visão de Maluf (2011), a soberania alimentar é a via de erradicar a fome e a desnutrição e garantir segurança alimentar duradora e sustentável para todos os povos.

A soberania alimentar colocou a questão das relações de poder entre países e da autonomia das populações no sentido de escolher a sua dieta, de acordo com os seus hábitos sociais e a sua cultura (BELIK, 2010, p.179).

Conforme Valente (2002), a discussão sobre soberania alimentar contrapõe a tese geral do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que

⁴Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulher rural e comunidade indígena e negra da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar. Disponível em :<<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>>.

preconiza a liberalização do comércio como indutor na queda de preços dos alimentos e a valorização das capacidades comparativas, para um maior acesso aos alimentos por toda uma população. Contudo, a questão da disponibilidade de alimentos deve ter em conta seus preços relativos *vis-à-vis* o poder aquisitivo dos salários ou outras formas de renda da população, e nestes termos, a segurança alimentar associa-se ao objetivo de garantir à todos condições de acesso suficiente, regular e a baixos custos a alimentos básicos de qualidade (MALUF, MENEZES e VALENTE, 1996).

A soberania alimentar seguramente envolve questões de comércio internacional:

[...] políticas públicas adotadas em seu nome, particularmente pelos países avançados, não comprometam a soberania de outros países, esse risco está presente nos termos de acordos internacionais (sobre comércio, investimentos, propriedade intelectual, biodiversidade, etc.) e no desmonte de políticas de promoção e proteção de setores domésticos e do patrimônio nacional. Especialmente controversa é a restrição feita pelo enfoque da soberania alimentar ao papel atribuído ao comércio internacional no abastecimento interno, em oposição aos que defendem muitos governos e organismos internacionais (incluindo a própria FAO), além, claro, das corporações agroalimentares (MALUF, 2011, p. 23).

Essas reflexões em torno da soberania alimentar dá suporte para problematizarmos se o Haiti responde aos critérios colocados acima, na garantia ao acesso de alimentos em quantidade e de qualidade para sua população. Em cenários de pouca soberania alimentar, é fundamental também entendermos a insegurança alimentar.

1.5 Insegurança Alimentar e Nutricional e Vulnerabilidade Social

A insegurança alimentar e nutricional pode ser descrita como uma situação em que uma pessoa ou população não tem acesso seguro a uma quantidade suficiente de alimentos para ter um crescimento e desenvolvimento normais para levar uma vida ativa e saudável (PINTO, 2013, p. 16). Conforme este autor, as principais causas da insegurança alimentar e nutricional são seguintes:

- a. Falta de cesso e disponibilidade aos alimentos (devido ao baixo rendimento familiar, mas também indisponibilidade de alimentos nos mercados, debilidades no sistema de aprovisionamento e comércio ou redes de transporte, etc.);
- b. Dificuldade de acesso a recursos (terra, água, sementes, insumos agrícolas, crédito, tecnologias, etc.);
- c. Debilidade do estado de saúde dos indivíduos (particularmente HIV/Sida, malária, tuberculose, diarréias, etc.);
- d. Deficiência ou inexistência de serviços básicos (saneamento, abastecimento de água potável, más condições de habitação e higiene nas casas, etc.)
- e. Problemas macroeconômicos e sociais (bloqueios comerciais, desarticulação dos sectores da agricultura, comércio, transportes, desemprego, instabilidade social, etc.);
- f. Calamidades naturais e conflitos (cheias, secas, terremotos, ou outras, mas também guerras e conflitos).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) do Brasil menciona as situações de insegurança alimentar e nutricional associadas à fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação e ao consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde.

Para Maluf, Menezes e Valente (1996), a questão da qualidade dos alimentos e dos hábitos alimentares torna-se especialmente relevante a partir do momento em que a segurança nutricional incorpora-se ao conceito de segurança alimentar. Isto implica que todos os cidadãos consumam alimentos seguros que satisfaçam suas necessidades nutricionais, seus hábitos e práticas alimentares culturalmente construídas, promovendo sua saúde.

Para autores como Pessanha (1998) e Gomes Junior (2008) *apud* Mardegan (2014, p.4), para ter-se o conceito de segurança alimentar sem perder o poder explicativo é necessário compreendê-lo a partir da noção de insegurança alimentar, ou seja, a partir de seu conceito reverso. Assim,

Mardegan (2014) recorda Almeida Filho e Gomes Junior (2010), para os quais a Insegurança Alimentar é:

empregada como parâmetro para a definição de Segurança Alimentar estender aos domínios, da assimetria da renda e de preços dos alimentos à segurança na qualidade e sanidade dos produtos, do manejo adequado na produção ao emprego de culturas e meios não hostis ao ambiente, à manutenção da diversidade cultural nos hábitos e práticas alimentares, da garantia do exercício da autonomia de uma nação, entre outros ao controle e preservação da espécies nativas (ALMEIDA FILHO E GOMES JUNIOR, 2010, p. 26 *apud* MARDEGAN, 2014, p.4).

Conforme afirmam esses autores podemos classificar a insegurança alimentar em duas categorias:

- a. Insegurança crônica: refere-se à falta persistente de acesso aos alimentos. Esta é normalmente causada por indicadores históricos como: pobreza, baixa fertilidade do solo, baixa educação nutricional, falta de acesso à água potável, doenças crônicas, etc.
- b. Insegurança transitória: refere-se à falta temporária de acesso aos alimentos e é frequentemente causada pela ocorrência inesperada de um choque, como por exemplo, a seca, as cheias, os ciclones, a diminuição abrupta da produção de alimentos, subida exacerbada de preços dos alimentos, cólera, gafanhoto vermelho, etc.⁵

Por isso, a vulnerabilidade social está diretamente relacionada à insegurança alimentar (IA), podendo resultar de uma combinação de fatores que podem produzir uma deterioração do nível de bem-estar de pessoas, famílias ou comunidades, conforme a exposição a determinados fatores sociais (SILVA *et al*, 2012, p.24). É consequência da insegurança alimentar. Também se refere à propensão das pessoas em oscilar (baixar ou subir) o índice de ISAN durante um determinado período de tempo.

Segundo Vignoli (2001, p.2 *apud* CAÇADO, SOUZA e CARDOSO, 2014), a vulnerabilidade como a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, Estado ou sociedade, apontando a

⁵Terminologia de Segurança Alimentar e Nutricional e da Vulnerabilidade à Insegurança Alimentar mais usada Disponível em: http://www.agrisustentavel.com/doc/conceito_san.pdf

carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes.

1.6 Políticas Públicas

O conceito políticas públicas é um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução de problemas da sociedade. De outra maneira, as políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (LOPES e AMARAL, 2008).

O termo Políticas Públicas exige definir e discutir inicialmente os significados da política e do público. Segundo Fernando *et al.* (2013,p.55) o termo político apresenta três dimensões, melhor compreendidas a partir da análise dos termos em inglês *polity*, *politics* e *policies*.

A dimensão institucional (*polity*) implica o conjunto de instituições e regras que estabelecem como o poder é organizado e distribuído e como pode ser exercido dentro de uma ordem política.

A dimensão processual (*politics*) refere-se ao processo político intimamente ligado aos fenômenos como a luta pelo poder; a estrutura do conflito político e social; o comportamento dos atores políticos, bem como seus mapas cognitivos (valores e ideologias), interesses e preferências; a mobilização de recursos (políticos, econômicos e simbólicos); e os processos de negociação e cooperação que são estabelecidos com o propósito de reproduzir ou alterar certas situações de poder.

A dimensão das políticas (*policies*) é a dimensão da política que está vinculada às ações ou decisões que um governo adota políticos e que são orientadas para a resolução de os problemas públicos.

Essas dimensões permitem ter uma inter-relação entre ação política, para se compreender vários critérios que nos permitem recuperar a existência de políticas públicas na perspectiva de construção através das ideais e tomadas, as decisões, as medidas concretas e em ação.

Para Jaime e Jairo (2013, p.15), as políticas públicas refletem os ideais e desejos da sociedade, expressam os objetivos do bem-estar coletivo e nos permitem entender onde queremos focar o desenvolvimento e como fazê-lo, evidenciando o que pretendemos alcançar com intervenção pública e como as responsabilidades e recursos são distribuídos entre os atores sociais.

No âmbito da SAN, de acordo com Belik (2010, p.175), as políticas públicas podem estimular a autonomia e capacidades das localidades possuem para atingir o desenvolvimento, à promoção de organizações locais e à ação coletiva em comunidades rurais pobres.

CAPITULO II - CRISE ALIMENTAR E POBREZA NO HAITI

Neste capítulo apresentamos a República do Haiti, a evolução da pobreza do Haiti a partir das informações estatísticas e tratamos diferentes aspectos que determinam a pobreza do país, entre estes aspectos o econômico, o social e o ambiental. Também é tratada a situação da segurança alimentar no Haiti e no departamento de Artibonite.

2.1 A República do Haiti

O Haiti tem sido o farol de esperança para os pobres e oprimidos (BOISROLIN, 2008). Conforme este autor, o Haiti foi a primeira nação independente da América Latina e do Caribe, tendo realizado a única revolução vitoriosa contra a escravidão na história, e sua independência foi proclamada em janeiro de 1804, pelo General Jean-Jacques Dessalines.

Conforme dados CNSA (2010, p.6), a República do Haiti está localizada na região do Caribe e tem uma área de 27.065 km². O litoral norte abre-se para o oceano Atlântico, e o sul para o mar do Caribe, sendo dividido em 10 departamentos. O Departamento Artibonite está subdividido em 42 distritos, 145 comunas e 570 secções comunais.

Segundo o Instituto Haitiano de Estatística e Informação (IHSI), a população haitiana em 2014 foi estimada em mais de 10 milhões de habitantes (IHSI, 2014, p.7). A maioria da população é de mulheres, que representam 50,5% da população, enquanto os homens representam 49,5% da população total.

De acordo com IHSI (2014), a população haitiana tem uma estrutura jovem. Mais da metade da população tem menos de 21 anos de idade. As pessoas com menos de 15 (quinze) anos de idade representam 36,5% da população; aquelas com idades entre os 15 e os 64 anos representam 58,3%, enquanto a população com 65 e mais anos é de 5,1%. Cem por cento do povo haitiano fala crioulo, que é, ao lado do francês, a língua

oficial do país. Contudo, a maioria das atividades oficiais, assim como as escolas, fala o francês mais do que o crioulo (CHARLES, 2008, p. 3).

Figura 01: Mapa da República do Haiti



Fonte: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=haiti&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjf8PKbqozfAhXHPpAKHTpQC2sQ_AUIECgD&biw=1024&bih=494#imgrc=7rbrL7_LPjWFZM> Acesso em: 06-12-2018

2.2 Evolução da pobreza no Haiti

A liberalização da economia haitiana foi realizada em meados da década de 1980 e reforçada em 1995-1996. Políticas liberais foram baseadas em pressupostos específicos transmitidos pelas instituições de *Bretton Woods*, um projeto econômico articulado sobre a orientação vertical da economia haitiana no mercado internacional e sua submissão à lógica da globalização capitalista (PAPDA, 2010, p.6-7, tradução nossa).

O projeto neoliberal no Haiti considerava estratégico o comércio internacional. Mais de vinte anos após a introdução de programas neoliberais, o país perdeu indústrias para a substituição por importações, como as indústrias de cimento, farinha, açúcar, têxteis, que estavam se desenvolvendo na década de 1980 (PAPDA, 2010, p.8).

A partir da segunda metade da década de 1990, o Haiti viu-se envolvido em um emaranhado de acordos e negociações comerciais internacionais. Deste modo, Haiti tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 30 de janeiro de 1996 (OMC, 2003); membro da Comunidade do Caribe (CARICOM)⁶, em 1997; e participa do processo de estabelecimento do *Mercado Econômico Único Caribe* (KAHWA e RAMKISSOON, 2006).

A República do Haiti é signatária de um conjunto de instrumentos jurídicos em vários campos. Segundo Therno *et al* (2018), Haiti assinou o Acordo de Parceria Econômica (APE)⁷ de 10 de dezembro de 2009. Este tratado nasceu em substituição ao de Cotonou e contém mais de 200 artigos que ligam os Estados do Caribe, África, Pacífico (ACP) à União Europeia (UE).

A liberalização comercial internacional não apenas impacta a economia do país, mas também as principais causas de sua extrema pobreza. Outra consequência provocada pela liberação comercial é a redução da produção nacional dos produtos agrícolas, de forma que esta produção nacional não pode garantir a segurança alimentar. Isso nós leva a confirmar que a liberalização do comércio no Haiti não teve um efeito positivo, pois o Estado não tem mais o papel para regular a produção nacional e, por isso, o país perdeu sua soberania alimentar.

⁶ O Mercado Comum da Comunidade e do Caribe (CARICOM) sucedeu à Associação Caribenha de Livre Comércio (CARIFTA). Foi estabelecido pelo Tratado de Chaguaramas - inicialmente assinado por Barbados, Jamaica, Guiana e Trinidad e Tobago - que entrou em vigor em 1º de agosto de 1973.

⁷ Acordos comerciais e de desenvolvimento entre os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e a União Europeia (UE). O seu principal objetivo, diz-se, é contribuir para o desenvolvimento econômico dos países.

Para responder às necessidades alimentares do povo haitiano, o Estado não cria alternativa no âmbito das políticas públicas. Ao mesmo tempo, os burgueses nacionais tornam-se cada vez mais influentes nas compras de produtos no exterior, principalmente produtos provenientes dos Estados Unidos e da República Dominicana. Isto contribui para o aumento da desigualdade social do país, pois os camponeses não conseguem produzir alimentos para atender às suas necessidades básicas, tampouco garantir renda a partir da produção e abastecer o mercado nacional. O resultado é a descapitalização dos produtores locais, o aumento da dependência alimentar e da fome.

Enfim, a liberalização comercial além de contribuir para o *déficit* comercial do Haiti aumenta a vulnerabilidade socioeconômica da população. As maiores vítimas das políticas neoliberais impostas desde a década de 1980 são as mulheres e os camponeses.

2.2.1 Aspectos Econômicos

Antes de sua independência em 1804, a República do Haiti era uma das colônias mais ricas da França, graças à sua vocação agrícola. Depois da Independência, o país permanece um país agrícola, no entanto, nunca experimentou um momento de paz ao longo de sua história política (IHSI, 2014). Conforme este estudo, por causa dessa situação desconfortável como instabilidade política existe um clima de instabilidade econômica no país.

O Haiti é um dos países mais pobre da América Latina e Caribe no plano econômico. A economia do Haiti registrou taxas de crescimento muito baixas desde o início dos anos de 1980. Neste período o PIB do país cresceu a um ritmo mais lento do que a população, o que se traduziu pelo valor baixo de renda per capita entre 1987 e 2000, que foi agravada entre 2000 e 2003; valores estimados em US\$457 em 1987, US\$352 em 2000 e US\$ 328 em 2003 (CEPAL, 2005, p.2).

Segundo os dados do Banco Nacional da República do Haiti (BRH) houve um crescimento negativo com taxas de crescimento de 1,8, 3,3%

e 2,9% para os anos de 2006, 2007 e 2008 (PAPDA, 2011,p.5). O setor agrícola sofreu particularmente com essa agenda neoliberal, que mostra em 1995 que o PIB representa 30%, e desce 23% em 1998. Nos produtos agrícolas, o total das exportações foram 24,1% em 1995 para 9,9% em 2000. A exportação de café e óleos essenciais representaram US\$24,6 milhões e US\$ 7 milhões em 1996 e US \$ 13,5 milhões e US \$ 2,5 milhões, em 2000. O déficit comercial de US \$ 469,8 milhões em 1996 foi para 687,3 milhões em 2000⁸.

A situação econômica do país piorou devido os vários desastres naturais que atingiram o país, em particular o terremoto de 12 de janeiro de 2010, que destruiu muitas vidas e infra-estrutura. [...] Esses desastres naturais enfraqueceram a produção agrícola, tornando o país cada vez mais dependente da ajuda externa e da importação de produtos para atender às necessidades básicas (MSPP, 2012, tradução nossa).

De acordo com Bernardin (1997), a República do Haiti caracteriza-se por grandes dificuldades econômicas e por pobreza quase universal da sua população. Neste sentido, a situação do país se complica dia a dia em razão da diminuição da agricultura na economia do país. Hoje o setor agrícola não consegue responder às necessidades dos camponeses devido, entre outras questões, a ausência de assistência técnica e de tecnologias adaptadas à realidade da agricultura camponesa.

2.2.2 Aspectos Sociais

O Haiti é um país que apresenta uma situação sanitária essencialmente caracterizada por sua precariedade, com os piores indicadores de saúde de Doenças infecciosas, como sarampo, tétano, cólera, difteria e AIDS (MSPP, 2003). Estas são classificadas como as principais causas de morbidade. Também é importante notar que a desnutrição está entre as 10 principais causas de morte no país (GEO, HAITI, 2010, p. 83).

Além disso, o país sofre com a escassez de água potável, falta de saneamento básico e fragilidade de seu sistema de saúde, que, além

⁸ Ver PAPDA (2010).

de ser predominantemente privado, tem pouca capacidade de atender à população. As condições precárias de higiene e saneamento e deficiências nutricionais são as principais causas da deterioração do estado de saúde da população (MSPP, 2003).

Os indicadores de nutrição do país são frequentemente considerados entre os maiores indicadores do nível de pobreza e potencial econômico. A Pesquisa de Nutrição de 2008-2009 apresenta as seguintes informações:

- (i) As formas de desnutrição crônica e aguda têm taxas de 24% e 5%;
- (ii) Deficiências em micronutrientes contribuem para o agravamento da situação: 61% das crianças com menos de 5 anos e 58% das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos são anêmicas;
- (iii) A taxa de prevalência de deficiência de vitamina A é de 32% em crianças de 6 a 59 meses, uma taxa significativamente maior do que o limite de 15% Aceitável;
- (iv) 10% das famílias consomem sal iodado e 59% das crianças entre 6 e 12 anos têm deficiência de iodo, o que também é superior ao limite permitido de 50%;
- (v) a mortalidade também é alta: taxa de mortalidade juvenil de 57 por 1.000 nascidos vivos e taxa de mortalidade de menores de 5 anos de 76 por 1.000 nascidos vivos, sem mencionar a taxa de mortalidade materna de 630 por cento nascidos vivos (CNSA,2010,p.15).

A desnutrição também está entre as dez primeiras causas de morte no país. Segundo o Ministério da Saúde (MSPP, 2003), a situação política e econômica, a infraestrutura precária (49 hospitais que atendem a toda a população do Haiti), a falta de recursos humanos (2,5 médicos, 1 enfermeiro e 2,5 auxiliares de saúde por 10.000 habitantes) tornam a situação ainda mais frágil e vulnerável.

A educação, sendo um dos parâmetros básicos na determinação do índice de desenvolvimento humano de um país, é considerada um indicador de peso no nível de segurança alimentar de um país (MSPP, 2003). No Haiti, a modesta despesa pública (cerca de 9% do orçamento nacional destinado à educação) consagra a enorme dependência do sistema em relação à cooperação externa, à construção de escolas e à formação de professores (MSPP, 2003).

Também deve ser notado que o Haiti não atingiu o objetivo da educação universal. Mais de 80% da população urbana sabe ler e escrever, em

comparação com apenas 48,0% da população rural (IHSI, 2009, p.23). Com relação à população de 15 a 24 anos, a situação é um pouco diferente. Quase 82% das pessoas entre 15 e 24 anos em todo o país sabem ler e escrever. De acordo com resultados do censo, 36% das crianças em idade escolar não frequentam a escola nas áreas rurais, em comparação com 18,0% nas áreas urbanas (IHSI, 2009, p.23).

2.2.3 Aspectos Ambientais

O Haiti sofre de degradação ambiental ao longo dos anos, devido a uma exploração excessiva de seus recursos, uma exploração iniciada no início do século XIX (LOUIS, 2008, p.195). Segundo Mathurin e Bayard (2008, p.43), a área das florestas do país passou de 95% de 1492 para 1,5% em 2006, sendo que 80% da população usam madeira como fonte de energia. Neste sentido, em termos de meio ambiente, o país é um exemplo da devastação ambiental, se tornando um país extremamente vulnerável.

O Haiti é o país com maior vulnerabilidade aos ciclones, sendo que 96% da população haitiana vive constantemente em risco principalmente no período de maio a (GEO, HAITI, 2010, p.17). O Haiti também foi identificado como um dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Alguns fatores sociais, como a pobreza, instabilidade política, rápida urbanização e a fragilidade do Estado contribuem para a fragilidade ambiental do país (GEO, HAITI, 2010, p.17). Assim, a crise ambiental no Haiti é complicada pela pobreza, que tem um impacto profundamente negativo no meio ambiente e na vida da população. A vulnerabilidade ao risco de desastre no Haiti tenderá a crescer, a menos que as questões básicas de subsistência sejam confrontadas e resolvidas.

Dados do EMASP (2007 *apud* GEO HAITI, 2010, p.73), o combustível da biomassa ainda é a forma de energia mais utilizada no país (71%); madeira, carvão vegetal e bagaço de cana-de-açúcar contribuem com cerca de 55%, 11% e 4%, respectivamente, do consumo de energia das famílias, o que significa que as indústrias tradicionais; e a energia hídrica

fornece mais de 5% do consumo de energia; o petróleo e seus derivados a parte restante; a exploração da madeira como combustível e o uso do espaço para a prática agrícola são as principais causas do desaparecimento da cobertura vegetal no território haitiano.

Segundo Relatório Global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre riscos e redução de Desastres, o Haiti apresenta um dos mais altos indicadores de risco de desastres naturais do mundo (GEO HAITI, 2010). Neste contexto a prevenção e gestão de risco têm uma grande importância para o país onde a sociedade civil e o Estado devem buscar proteção contra os perigos de catástrofes naturais e fortalecer a segurança alimentar. Por isso, a prevenção e a gestão de risco deveriam ser reconhecidas e incorporadas como um foco estratégico das políticas públicas de desenvolvimento e promoção da agricultura e alimentação no país.

2.3 A Situação da Segurança Alimentar no Haiti

A segurança alimentar no Haiti baseia-se principalmente no setor agrícola como o principal fornecedor de alimentos para a população. Segundo Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR), o setor agrícola representa, entre outras questões, uma contribuição econômica importante para o país, contribuindo com cerca de 25% do produto Interno Bruto. A agricultura é praticada por pouco mais de um milhão de fazendas em todo o país⁹, sendo a principal fonte de renda nas áreas rurais e ocupa cerca de 60% das da população ativa (MARNDR, 2012, p.15-16).

O Haiti tem um potencial agrícola, mas há algum tempo observa um declínio constante na produção agrícola e um aumento na dependência de produtos importados (CNSA, 2010, p.13). Por causa da

⁹Havia exatamente 1 018 951 fazendas registradas. Veja: Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural / FAO / União Europeia. 2008/2009. Síntese nacional dos resultados do Censo Geral da Agricultura (RGA). Disponível em: http://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/Resultats_RGA_National_05-11-12.pdf Acesso em: 07-11-2018.

situação socioeconômica e política e várias catástrofes naturais, o país tem dificuldades em atingir o objetivo de melhorar a condição de vida da população.

Segundo a Pesquisa Nacional de Segurança Alimentar de 2011, realizada pela Coordenação Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), 38% dos domicílios ou 3,8 milhões de haitianos estava com insegurança alimentar. A maioria dos agregados familiares não tinha uma dieta suficientemente e diversificada: 55% dos agregados familiares tinham uma diversidade alimentar moderada e 22% tinham uma diversidade alimentar baixa (CNSA, 2011).

O índice geral de segurança alimentar (IGSM) calculado para o período 1991-1993 foi de 26,5 comparado com 67,5 para 1998-1990, isso indica a transição de uma fase intermediária para uma fase extremamente difícil e crítica. As principais informações quantitativas derivadas de estimativas feitas a partir de três pesquisas de básicas¹⁰ revelam que:

1) Um em cada dois haitianos vive em extrema pobreza com menos de US\$1 por dia; 2) em 2012 metade da população não teria acesso à ração mínima estabelecida pela FAO (equivalente a 225 kg cereais/ano/habitante); 3) 80% das famílias dizem que não cumprem adequadamente necessidades alimentares (CNSA, 2010, p.7).

Na questão da disponibilidade alimentar,

o Haiti continua sendo um importador [...] alimentos, por isso não pode atender às necessidades alimentares da população. Entre 2003 e 2005, a produção nacional representa 43,09% dos estoques de alimentos, enquanto as importações de alimentos permaneceram em 50,58% em 1981 a participação das importações na oferta de alimentos no Haiti não chegou a 19% (CNSA, 2010).

O acesso aos alimentos é um problema no país, incluindo baixa renda familiar, o autoconsumo insuficiente, subconsumo agudo, empregos improdutivos, distribuição e preço de alimentos básicos.

Segundo CNSA (2011), em média, 64% do rendimento mensal per capita é gasto em despesas com alimentação, sendo 73% para os

¹⁰ Pesquisas básicas sobre: orçamento e consumo das famílias (I e II), condições de vida das famílias haitianas realizadas respectivamente em 1986-87, 1999-00 e em 2001.

indivíduos mais pobres. Desta forma, os mais pobres não podem se alimentar bem por falta de acesso aos alimentos e a evolução dos preços dos alimentos no país e mundialmente.

2.4 O Departamento Artibonite e a Situação de Segurança Alimentar

Segundo os indicadores do Ministério da Agricultura dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR, 2013), o departamento de Artibonite é um dos dez departamentos da República do Haiti. Sua área é de 4.984 km². É um dos maiores departamentos do país conta com cinco distritos, integrando de dois a quatro comunas, totalizando 15 comunas. Estas comunas são subdivididas em 62 secções comunais e agrupam um conjunto de bairros. Em 2009 sua população era de 1.571.020 habitantes. Sua capital é a cidade de Gonaives

O Artibonite é uma importante área de produção de cereais, como: milho, arroz e sorgo. Contudo, mais de 50% da população têm insegurança alimentar devido a restrições de terra, vários desastres naturais e produção limitada (OCHA, 2012). A taxa de desnutrição crônica afeta 23,1% das crianças (OCHA, 2012). Com base no nível de pobreza das famílias, a Plataforma Nacional de Segurança Alimentar (PFNSA) construiu um índice de vulnerabilidade à insegurança alimentar que identificou cinco grandes categorias: vulnerabilidade extrema, alta vulnerabilidade, vulnerabilidade moderada, baixa vulnerabilidade, muito baixa vulnerabilidade. Quatro departamentos são classificados com as três primeiras categorias de vulnerabilidade, que são vulnerabilidade extrema, alta vulnerabilidade, vulnerabilidade moderada. São 60% dos familiares em situação de vulnerabilidade; 61% em Artibonite dois quais, 69% de domicílios não agrícolas (MATHURIN e BAYARD, 2008, p.51).

Segundo *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* (OCHA) (2012), o Departamento Artibonite que inclui 15 comunas conhece uma exacerbação das vulnerabilidades inerentes a uma sucessão de ciclones e inundações. O departamento também é vulnerável aos riscos de deslizamentos

de terra, desmoronamentos e aqueles relacionados à inacessibilidade e/ou isolamento de alguns municípios. OCHA (2012) estima que 65% das comunas, estão em risco inundação e deslizamento de terra.

Em conclusão, o Haiti é um país em risco em relação às catástrofes naturais por falta da gestão ambiental, e isto tem grande consequência sobre o setor agrícola e para as populações rurais e urbanas. Além do que contribui para que a população não tenha acesso ao que necessita, por como exemplo água potável, alimentação, saúde etc. Nesta perspectiva os problemas na economia, na área socioambiental são os principais fatores da vulnerabilidade do país e se manifesta na incidência de insegurança alimentar, ausência da disponibilidade e acessibilidade à alimentação.

O povo não tem capacidade para afrontar essa situação, que provoca um grande êxodo rural, insegurança alimentar e a diminuição do setor agrícola. Por isso, no capítulo seguinte, mostramos os resultados de uma pesquisa realizada no departamento Artibonite, na comunidade de Verrettes, da seção de Liancourt, como é a situação da segurança alimentar daquela região do país.

CAPITULO III- A SAN E O CASO DA SEÇÃO DE LIANCOURT

Este capítulo tem por objetivo apresentar as características do local do estudo, os agricultores pesquisados, a coleta de dados, a descrição do questionário, a avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional através de ELCSA e os resultados encontrados.

3.1 Características de local do estudo

Liancourt é seção comunal de comunidade Verrettes, localizada no departamento Artibonite, no distrito de Saint-Marc, Haiti. A população em 2015 foi estimada de 18.574 habitantes (IHSI, 2015). A principal economia em que está envolvida a população é a agricultura. Neste sentido cerca de 70% da população são agricultores, com 75% das terras agrícolas usadas, 60% irrigadas e 5% abandonada. Principais produtos agrícolas da seção são: arroz, milho, batata, tomate e banana.

Nesta seção, a situação ambiental é frágil, dado que o destino principal do lixo doméstico é a queima, e existe um problema grave com a produção de carvão a partir das florestas¹¹. A segurança alimentar é grave e insuficiente devido a produção local insuficiente, e os moradores são ainda afetados pela falta de água para cultivar. O resultado é a importação dos alimentos, sobretudo provenientes dos Estados Unidos. A percentagem dos domicílios na seção de Liancourt com acesso ao sistema de água potável é menos de 10%; 50 a 75% tem acesso à eletricidade; o nível de escolaridade, a posse da terra, o acesso à água são as três principais causas de conflitos e problemas na seção de Liancourt¹².

Nos termos de infraestrutura e serviços básicos existe na seção do Liancourt unidade sanitária, farmácia, centro de alfabetização, escolas secundária, profissional e técnica. Na seção do Liancourt, Pont-Sondé é a região em que se encontra o principal centro comercial de alimentos para

¹¹ Informações sobre questão ambiental: <http://www.remade.com.br/noticias/14872/carvao-esta-destruindo-as-florestas-do-haiti>

¹² Embora reconhecidamente frágil a Wikipedia como fonte de informação confiável, foi a única encontrada pela pesquisadora com dados da seção de Liancourt. Disponível em: http://agriculture.gouv.ht/statistiques_agricoles/EnqueteCommunautaire/documents/053201. Acesso em: 21-11-2018.

os agricultores. Pont-Sondé foi construída em 1880 com um vão de 90 metros. Localizada na comuna de Saint-Marc no departamento Artibonite e também um mercado importante ao longo da estrada e na ponte sobre o rio Artibonite.

Nesta seção existem alguns organizações na perspectiva de melhorar a condição de segurança alimentar da população. Um exemplo é o *Mouvement d'aide aux femmes Liancourt, payen de la commune des Verrettes*, (MAFLPV) é uma organização que visa fortalecer a produção na área de Liancourt. Foi criada em 1998, envolve 340 membros, sendo as principais áreas de intervenção a agricultura, segurança alimentar, microcrédito, economia social e solidária, educação, alfabetização, higiene, água e saneamento, direitos humanos, equidade de gênero (GAFE, 2017, p.53).

Outro exemplo é o *Mouvement des Paysans de Liancourt* (*Mouvman Peyizan Lyancou em crioulo*, "MPL"), criado em 1986 (CHARIER e MUET, 2002). Esta associação visa melhorar as condições de vida dos habitantes, envolve cerca de 500 membros, dos quais 60% são mulheres. Um fundo que oferece micro-créditos foi criado pela seção feminina deste Movimento Social (CHARIER e MUET, 2002).

Figura 02: Mapa do Haiti localizando Liancourt



Fonte: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Liancourt+haiti&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjZpq2_ovfAhVBkpAKHTvICB4Q_AUIECgD&cshid=1544126253712002&biw=1350&bih=617#imgrc=9Gp8Cqd-6dLHzM>. Acesso em: 06-12-2018

Figura 03: Imagem de entrada na seção de Liancourt



Fonte: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Liancourt+haiti&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjZpq2_ovfAhVBkpAKHTvICB4Q_AUIECgD&cshid=1544126253712002&biw=1350&bih=617#imgrc=pVx5Oe9j3gTsAM>. Acesso em: 06-12-2018.

Figura 04: Rodovia da seção de Liancourt



Fonte: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=liancourt+haiti&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj06rjzIO7eAhWGFZAKHQcvBASQ_AUIDigB&biw=1366&bih=577#imgrc=gugZiGFMzwb2kM>. Acesso em: 23-11-2018

3.2 Os discursos dos agricultores entrevistados

Nesta seção descrevo a situação das famílias de agricultores que participaram da pesquisa. Para entender melhor a situação deles é importante fazer algumas discussões baseadas nas dificuldades que eles encontraram para produção agrícola. Desta forma, pretendemos mostrar quais as dificuldades mencionadas pelos agricultores na seção de Liancourt, da comunidade de Verrettes.

Na seção de Liancourt, a maioria dos produtores se caracteriza por cultivar áreas pequenas e de forma tradicional. De modo geral os produtos mais cultivados são: arroz, tomate, verduras, etc. Um dos problemas mencionados pelos agricultores é a irrigação e a falta de promoção do uso de tecnologias apropriadas para a produção agrícola local. Na entrevista um agricultor argumentou desta forma:

O problema mais marcante é a falta de água para irrigação. Para aliviar esta situação, o Estado teve uma bomba de irrigação construída para nós, mas por algum tempo falhou e ainda não a consertamos. Os materiais que nós temos são facão, a enxada e faca

“digo” (*coteau-digo*¹³). Para melhorar esta agricultura rudimentar precisamos de ferramentas mais modernizadas (Entrevista Família 07).

Segundo as entrevistas realizadas nesta pesquisa, o problema do acesso à água e a falta de equipamento é sério, afetando a produção local e contribuindo para o aumento da pobreza no país. Outro problema similar entre os agricultores é o aspecto demográfico:

Há muito tempo que eu trabalho na terra, as coisas não eram boas para dizer a verdade, mas hoje as coisas se tornaram mais graves, a saída de agricultores jovens para países estrangeiros e, as vezes, para áreas urbanas isso representa um grande problema para nós na agricultura, porque cria a falta de mão-de-obra (*konbit*¹⁴) no trabalho. Não temos outro material que facão, a enxada e faca digo, não posso produzir e a miséria aumenta mais cada dia (Entrevistado 04)

Em nossa agricultura, eu encontro os seguintes problemas: mão de obra insuficiente (braço), as plantas às vezes são atacadas por doenças, insetos e às vezes não há água suficiente para irrigar. (Entrevistada 02)

Na pesquisa de campo realizada na seção de Liancourt, em entrevista com uma agricultora, Entrevistada 02, esta contou-nos que nos 10 últimos anos a agricultura não representa nada para eles (ou muito pouco), pois o que eles produzem não é suficiente para a família se alimentar, tampouco para a população do Haiti. Por causa disso, na opinião dela, a maioria dos produtos consumidos no país são provenientes da República Dominicana e outros países: “não tem como, para ter produção em quantidade, falta irrigação, falta equipamento para trabalhar melhor”, menciona a Entrevistada 02.

Um agricultor argumentou:

Eu cultivo vários produtos como arroz, berinjela, feijão, lalo¹⁵, pimenta e tomate. Mas tem anos que eu perco quase tudo por falta de água e

¹³ Modelo de faca rudimentar que existe no Haiti.

¹⁴ *Konbit* é uma forma de solidariedade ,ou seja cooperativo que os agricultores no Haiti praticam para trabalhar juntos e tem reciprocidade entre eles um ajudar de outro. No Brasil temos a prática do “mutirão” na agricultura, que pode ser considerada similar.

¹⁵ Lalo é uma erva folhosa, de nome científico *Corchorus olitorius*, muito comum no Haiti. É muito popular em Artibonite um prato feito de folhas de lalo, que podem ser frescas, congeladas ou secas. Também é conhecido por “Jute Leaves”. Informações disponíveis em: <https://cherisghana.wordpress.com/2018/05/22/health-benefits-of-jute-leaves-ayoyo/>



na nossa produção. Por muito tempo estávamos montanhas, mas hoje não podemos. Nós vamos lá deira para fazer carvão. Não gostamos de cortar as como obrigados porque não temos outro recurso. is, não tem outra maneira de sobreviver, porque o para nos ajudar (Entrevistado 03).

Esta parte mostra a insatisfação dos agricultores no setor agrícola, pois mencionam a dificuldade em torno da irrigação da produção alimentar. As discussões mostram que os agricultores não têm assistência técnica pública e o grande êxodo rural ocasiona a falta de mão de obra. Isto tudo contribui para aumentar a pobreza na seção de Liancourt. As figuras abaixo mostram as áreas de cultivo das famílias entrevistadas na seção.

Figura: 05: Cultivos dos agricultores entrevistados, Pesquisa de Campo em Liancourt, 2018



Fonte: Dupervil Alfred, Pesquisa do campo, 2018

A primeira imagem mostra a produção do arroz; a segunda imagem é uma produção de pimenta; a terceira é a terra preparada para o plantio de feijão. No cultivo, os agricultores têm problema de irrigação e mencionaram a necessidade de recursos para melhorar as produções.

Figura 06: Modo de material que os agricultores trabalham



Fonte: Dupervil Alfred, Pesquisa do campo, 2018

A Figura 06 mostra os equipamentos utilizados na produção alimentar das famílias entrevistadas na pesquisa.

Figura 07: Bomba de irrigação, Pesquisa de Campo em Liancourt, 2018



Fonte: Dupervil Alfred, Pesquisa do campo, 2018

A Figura 07 mostra a imagem de uma bomba d'água que foi instalada pelo governo, no relato dos agricultores. Os entrevistados mencionam

que “faz muito tempo que está estragada e o governo não faz nenhuma intervenção para arrumar ela”, a fim de que os agricultores possam realizar a irrigação nos cultivos.

3.3 Avaliação de ISAN através de ELCSA

A ideia de um instrumento para medir a segurança alimentar surgiu nos Estados Unidos, com base nessas experiências, adaptações e versões modificadas dos métodos utilizados que foram aplicados em vários países do mundo, teve origem a Escala Latino Americana e Caribenha de Segurança Alimentar - ELCSA (FAO, 2012, p.14).

A Escala é um instrumento que consiste um questionário de 15 questões fechadas com repostas sim ou não que buscam identificar a condição de segurança alimentar das famílias, em que são perguntadas questões relacionadas à quantidade e qualidade da comida disponível e as estratégias que as famílias usam para aliviar a escassez de alimentos. A Escala trata de questões delicadas, por exemplo, se a comida acaba antes do tempo de se adquirir mais, se as famílias passam um dia todo sem comer, se comem o suficiente e com variabilidade, etc. Além disso, o ELCSA implica perguntas sobre a experiência da fome em menores de 18 anos e adultos (FAO, 2012, p.24-25).

Quadro 01: Quadro de ELCSA (FAO, 2012)

1	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted se preocupó porque los alimentos se acabaran en su hogar?
2	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez en su hogar se quedaron sin alimentos?
3	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez en su hogar dejaron de tener una alimentación saludable?
4	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar tuvo una alimentación basada en poca variedad de alimentos?
5	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar dejó de desayunar, almorzar o cenar?

6	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar comió menos de lo que debía comer?
7	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar sintió hambre pero no comió?
8	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar solo comió una vez al día o dejó de comer durante todo un día?
9	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar dejó de tener una alimentación saludable*?
10	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar tuvo una alimentación basada en poca variedad de alimentos?
11	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar dejó de desayunar, almorzar o cenar?
12	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar comió menos de lo que debía?
13	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez tuvieron que disminuir la cantidad servida en las comidas a algún menor de 18 años en su hogar?
14	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar sintió hambre pero no comió?
15	En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar solo comió una vez al día o dejó de comer durante todo un día?
Fonte: FAO, 2012	

A segurança alimentar é classificada em quatro categorias: 1) *Insegurança Alimentar Leve* – quando o orçamento familiar afeta a qualidade da dieta; 2) *Insegurança Alimentar Moderada* - quando existe limitação na alimentação dos adultos na qualidade e quantidade dos alimentos que consomem; 3) *Insegurança Alimentar Severa* - quando existe limitação na qualidade e quantidade de alimentos consumidos pelas crianças e; 4) *Segurança Alimentar* – quando existe o acesso permanente à quantidade certa

de alimentos seguros, nutritivos e culturalmente aceitáveis para levar uma vida ativa e saudável (FAO, 2012, p.13).

Em relação das definições acima, foram estabelecidos valores para as questões do questionário ELCSA que determinam as condições de segurança ou insegurança alimentar (Quadro 02).

Quadro 02: Pontos para a classificação dos domicílios da (in) segurança alimentar, conforme o número de Sim respondido para cada questão.

Tipo de domicílio	Insegurança Alimentar Leve	Insegurança Alimentar Moderado	Insegurança Alimentar Severo
Domicílios integrados apenas por pessoas adultas	1-3	4-6	7-8
Domicílios integrados por adultos e menores de 18 anos	1-5	6-10	11-15

Fonte: FAO, 2012

O questionário ELCSA permite avaliar a insegurança alimentar de uma população e por isto foi utilizado nesta pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso. Contudo, para realizar a pesquisa foi necessário traduzir o questionário da ELCSA do espanhol para crioulo, conforme Quadro 03 abaixo.

Quadro 03: Questionário da Escala Latino-Americana e Caribenha de Segurança Alimentar traduzido para Crioulo

<p>1. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted se preocupó porque los alimentos se acabaran en su hogar?</p>	<p>1. Nan 3 denye mwa yo, pou manke lajan ou byen lòt resous pafwa ou te santiw preokupe paske manje nan kay la konn pral fini?</p>
<p>2. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez en su hogar se quedaron sin alimentos?</p>	<p>2. Nan 3 dènye mwa yo, manje nan lakay ou konn fini avanw gen kòb?</p>
<p>3. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez en su hogar dejaron de tener una alimentación saludable*?</p>	<p>3. Nan 3 dènye mwa yo, manm nan fanmiy ou jwenn yon rejim alimantè ki an sante e ki varye san kòb ou pa kont?</p>
<p>4. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar tuvo una alimentación basada en poca variedad de alimentos?</p>	<p>4. Nan 3 dènye mwa ki sot pase yo, èske manm nan fanmi ou te konsome sèlman kèk manje ki te toujou nan kay la paske patko gen lajan?</p>
<p>5. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar dejó de desayunar, almorzar o cenar?</p>	<p>5. Nan 3 dènye mwa yo, gen kèk manm nan kay la granmoun (ki gen laj 18 an oswa plis) te sispann fe manje paske li pa te gen okenn lajan ase pou achte manje?</p>
<p>6. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar comió menos de lo que debía comer?</p>	<p>6. Nan 3 dènye mwa ki sot pase yo, pafwa konn gen manm nan kay la tankou granmoun ki manje mwens ke yo ta dwe manje a paske yo pat gen ase lajan pou achte manje?</p>
<p>7. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna</p>	<p>7. Nan 3 dènye mwa yo, akòz mank lajan oswa lòt resous, ou</p>

vez usted o algún adulto en su hogar sintió hambre pero no comió?	menm oswa nenpòt granmoun nan kay la santi grangou men pa gen manje?
8. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez usted o algún adulto en su hogar solo comió una vez al día o dejó de comer durante todo un día?	8. Nan 3 dènye mwa yo, akoz mank lajan oswa lòt resous, ou menm oswa nenpòt granmoun nan kay la sèlman manje yon fwa pa jou oswa sispann manje pou yon jou antye?
9. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar dejó de tener una alimentación saludable?	9. Nan 3 dènye mwa yo, akoz mank lajan, oswa lòt resous, gen timoun ki poko gen 18 an nan kay la ki sispann manje, manje ki bon pou sante?
10. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar tuvo una alimentación basada en poca variedad de alimentos?	10. Nan 3 dènye mwa yo, akoz mank lajan oswa lòt resous, yon fwa yon moun ki poko gen 18 an nan kay la manje yon tip manje ki pa gen plizye varyete?
11. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar dejó de desayunar, almorzar o cenar?	11. Nan 3 dènye mwa yo, akoz mank lajan oswa lòt resous, pafwa nenpòt moun ki poko gen 18 an nan kay la konn sispann manje maten, manje midi oswa dine?
12. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar comió menos de lo que debía?	12. Nan 3 dènye mwa yo, akoz mank lajan oswa lòt resous, pafwa nenpòt moun ki poko gen 18 an nan kay la konn manje mwens ke sa li ta dwe?
13. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez tuvieron que disminuir la cantidad servida en las comidas a	13. 3 dènye mwa yo, akoz mank lajan, oswa lòt resous, èske yo te diminye kantite lajan an pou te sèvi nan manje a, a

algún menor de 18 años en su hogar?	nenpòt moun ki poko gen 18 nan kay ou a?
14. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar sintió hambre pero no comió?	14. Nan 3 dènye mwa yo, akoz mank lajan oswa lòt resous, pafwa nenpòt moun ki poko gen 18 an nan kay la konn santi grangou men ki pat manje?
15. En los últimos 3 meses, por falta de dinero u otros recursos, ¿alguna vez algún menor de 18 años en su hogar solo comió una vez al día o dejó de comer durante todo un día?	15. Nan 3 dènye mwa yo, akoz mank lajan oswa lòt resous, pafwa nenpòt moun ki poko gen 18 an nan kay la sèlman manje yon fwa pa yon jou oswa sispann manje pou yon jou antye?
Fonte: elaborado pela autora.	

Destaca-se que não foi fácil fazer a tradução porque algumas palavras não têm o mesmo significado quando traduzidas, por exemplo, a palavra recurso não é de fácil compreensão no crioulo, então foi utilizada a palavra dinheiro para as pessoas entenderem melhor. A tradução não foi realizada por palavra, mas buscamos manter o sentido da pergunta a partir das palavras no crioulo.

Conforme o agrônomo Dupervil Afred, que visitou as propriedades, não foi fácil conseguir informações dos agricultores sobre a condição de segurança alimentar e dificuldades encontradas pelas famílias para produzir alimentos. No princípio os entrevistados não queriam responder o questionário. Argumentaram que sempre recebem outros técnicos e cooperações internacionais, que fazem entrevistas, e eles falam sobre sua situação e depois os entrevistadores nunca voltam. Alegam que nenhum problema da comunidade é resolvido depois das entrevistas. Neste sentido, é importante mencionar que Dupervil conseguiu as informações graças a uma longa experiência de trabalho na comunidade e de relações de amizade, o que facilitou as conversas de maneira dialógica e igualitária.

Quando foi apresentada a pesquisa do TCC, que busca avaliar a situação da segurança alimentar das famílias que estão na seção, a maioria dos entrevistados não entendeu o conceito da segurança alimentar. Também alegaram nunca terem escutado falar de segurança alimentar.

3.4 Coleta de dados

A aplicação do questionário traduzido para crioulo foi realizada por Dupervil Alfred, primo da pesquisadora, e que está no Haiti. Algumas entrevistas e visitas foram possíveis acompanhar via whatsapp, ou a partir de gravações realizadas pelo pesquisador.

As entrevistas foram realizadas com sete famílias de agricultores com posse propriedade de terra, com área média entre 1,20 ha até 06 ha, mais precisamente para homens e mulheres chefes das famílias com idade entre 35 a 63 anos, na seção de Liancourt na comunidade Verrettes.

Em 12 de setembro de 2018 foi realizada uma visita de campo no trabalho dos agricultores. Nesta visita foi conversado sobre o tipo do trabalho que os agricultores realizavam e foram aplicados questionários para três agricultores. A segunda visita ocorreu em 21 de outubro de 2018, no campo de trabalho das famílias, e foram aplicados mais questionários para mais quatro entrevistados. O tempo médio de duração das entrevistas foi de 30 a 60 minutos. Algumas entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente escutadas pela pesquisadora e outras foram realizadas on-line via whatsapp. Nestas últimas situações, a pesquisadora teve oportunidade de conversar diretamente com os entrevistados.

Entre os problemas encontrados na aplicação do questionário, destacamos que os entrevistados ficaram incomodados pela ideia de gravar áudio, fazer vídeos e tirar fotos. Assim, algumas anotações foram realizadas sobre a realidade das famílias, mas não foi possível tirar fotos dos entrevistados para incluir neste trabalho.

Quadro 04: Detalhamento das condições da propriedade e da família dos entrevistados, Pesquisa de campo, 2018

Entrevistados	Descrição das condições da propriedade e da Família
Entrevistado 01	Homem, 46 anos, mora na seção de Liancourt com 3 filhos. Ele não executa outra atividade além de trabalhar na agricultura.
Entrevistado 02	Mulher, 50 anos, mora na seção de Liancourt com 4 filhos. Sua principal produção é tomate, legumes e feijão.
Entrevistado 03	Homem, 50 anos, mora na seção de Liancourt com 4 filhos. Produz milho e feijão.
Entrevistado 04	Homem, mora com a irmã dele na seção de Liancourt. Começou a trabalhar na agricultura desde o ano de 1998. Produz arroz e argumentou que o governo não se interessa com agricultura, porque tem problemas na produção e o governo não aparece. Ele não falou a idade dele porque não sabia, mas aparentou ter aproximadamente entre 50 e 55 anos.
Entrevistado 05	Homem, 60 anos, tem 4 filhos. Produz feijão e legumes numa área pequena. Não tem acesso ao crédito e não tem um salário mensal. Às vezes recebe dinheiro de familiares que estão no estrangeiro.
Entrevistado 06	Homem, 45 anos, 8 filhos. Produz arroz, batata e feijão.
Entrevistado 07	Mulher, 35 anos, produz tomate e legumes. Ela não falou se tem filho (s).
Fonte: Elaborado pela autora.	

3.5 Resultados e discussões

Neste quadro, mostramos os resultados dos dados de pesquisa de campo com os sete agricultores entrevistados. Na linha horizontal estão as respostas dos entrevistados (E1-E7) e na coluna vertical estão as perguntas do questionário ELCSA (P1-P15).

Quadro 05: Respostas ao questionário pelos Entrevistados, Pesquisa de Campo, 2018

Nº Pergunta	Respostas dos Entrevistados						
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7
P1	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
P2	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
P3	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
P4	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
P5	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
P6	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
P7	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
P8	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
P9	Sim	Não	Sim	-	Não	Sim	-
P10	Sim	Sim	Não	-	Sim	Sim	-
P11	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-
P12	Sim	Não	Não	-	Sim	Sim	-
P13	Sim	Sim	Sim	-	Não	Sim	-
P14	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-
P15	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-
Resultado	Severo	Severo	Moderado	Moderado	Moderado	Severo	Severo
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018							

]

Quadro 06: Situação da Insegurança Segurança Alimentar dos Entrevistados na Pesquisa de Campo

Insegurança Alimentar Leve	0%
Insegurança Alimentar Moderado	43%
Insegurança Alimentar Severo	53%
Fonte: Elaborado pela autora.	

A aplicação de Escala Latino-Americana e Caribenha de Segurança Alimentar mostra que entre as sete famílias de agricultores da seção do Liancourt entrevistadas, 43% apresenta insegurança alimentar moderada e 53% está com insegurança alimentar severa.

A insegurança moderada está presente entre as famílias com problemas na dieta, em qualidade e em quantidade, no consumo alimentar de adultos. A insegurança alimentar severa é caracterizada pela restrição alimentar das crianças em qualidade e quantidade.

Neste estudo de campo a maioria das famílias entrevistadas não tem diversidade na alimentação por causa da falta de disponibilidade de alimento e a falta de dinheiro para comprar alimentação de qualidade, além disso, a maioria das crianças menor de 18 anos não tem uma alimentação suficiente e com variedade.

Como observamos no Quadro 05, a maioria das respostas são sim. Os casos dos Entrevistados quatro e sete não aparentam ter filhos, neste caso, as perguntas após o número nove, conforme o ELCSA, não eram realizadas, pois não tinham menores de 18 anos na casa.

Assim, os dados mostram que a maioria das sete famílias entrevistadas na seção do Liancourt está em situação de insegurança alimentar extrema e subnutrição com a presença da fome. De acordo com Chonchol (2005), a falta da produção alimentar é uma das principais causas da fome. O mesmo autor argumentou que a fome não é tanto a consequência de uma produção alimentar insuficiente, mas da marginalização econômica de certas populações [...] sendo necessário garantir a todos os meios necessários para produzir. (CHONCHOL, 2005, p.35-46).

No caso das famílias de Liancourt entrevistadas para esta pesquisa destacamos diferentes problemas vividos pelos agricultores, como os problemas para produção a irrigação, a ausência de equipamentos agrícolas e doenças nas plantas.

Entre os aspectos alimentares, os agricultores encontram problemas de fome pela indisponibilidade dos alimentos em quantidade e qualidade, a produção local insuficiente e o êxodo rural.

A pesquisa constatou que a maioria das famílias não tem variedades na alimentação, não tem acesso a alimentação em qualidade e quantidade, sinalizando ausência da segurança alimentar. Um agricultor de 50 anos com quatro filhos, que produz milho, feijão numa área pequena comentou:

Comer em quantidade não é fácil, em vários momentos, as comidas que temos não são suficientes para todo mundo. Às vezes, nós a oferecemos para as crianças, enquanto, nós adultos, resistimos com a fome (Entrevistado 02).

Uma Entrevistada de 45 anos que tem oito filhos explica que sua produção é baseada em pimenta, tomate e verduras. Argumentou que hoje não tem como comer alimentos variados, porque não tem alimentos em disponibilidade (Entrevistada 04).

Um agricultor de 60 anos com quatro filhos disse produzir arroz, feijão e verduras. Além de contar os problemas encontrados na produção disse

Quando a comida não é suficiente, então colocamos muito sal para que possamos beber mais água. Como diz um provérbio haitiano: o pobre não é exigente¹⁶ (Entrevistado 01).

As entrevistas mostram que as famílias não se alimentam o suficiente e não têm alimentos disponíveis. Neste caso, destacamos o conceito insegurança alimentar e nutricional que entende ser a situação em que “uma pessoa ou população não tem acesso seguro a uma quantidade suficiente de

¹⁶ A expressão em Crioulo Haitiano é “Malere pa brital”.

alimentos para ter um crescimento e desenvolvimento normais para levar uma vida activa e saudável.” (PINTO, 2013, p.16). Isso nos leva entender que as famílias agricultoras sofrem uma forte violação de direito à alimentação, que afirma “que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua familiar saúde e bem-estar, inclusive alimentação [...]”(DUDH, 1948).

A ausência de políticas públicas é uma questão relevante, já que “[...] são a totalidade de ação, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e interesse público” (LOPES e AMARAL, 2008). Porém na seção de Liancourt, por falta de investimento na agricultura, banco de crédito, assistência técnica e equipamento agrícola, a produção nacional não consegue alcançar às necessidades básicas do povo. Podemos dizer que a diminuição de produção local relaciona-se diretamente com a perda de soberania alimentar que tem por objetivo a “[...] garantia do direito humano a alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional” (LEÃO, 2013); que está relacionada com a direita de um povo pela produzir sua própria alimentação através da cultura, tradição e costumes.

No caso do Haiti, entendemos que a ausência da soberania alimentar provoca grandes impactos na vida dos consumidores na compra dos alimentos para responder às suas necessidades. O fato de uma maioria de jovens abandonar o meio rural para imigrar ou emigrar, também tem efeitos na redução da produção de alimentos no Haiti.

De maneira geral, a partir da aplicação do questionário ELCSA em agricultores da seção de Liancourt, comunidade de Verrettes, no Departamento Artibonite, constatamos que as famílias entrevistadas sofrem uma desigualdade social devido a pobreza extrema em que eles se encontram resultando em valores elevados de insegurança alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da fome e a pobreza foi sempre uma preocupação na história de alimentação para a humanidade. Porém, o conceito segurança alimentar passou a ser utilizado na Europa durante a Primeira Guerra Mundial. Nesta época, cada país buscou produzir sua própria alimentação para responder às necessidades de sua população.

A segurança alimentar é um tema de extrema relevância na perspectiva de garantir a todos o acesso regular e permanente a alimentação de qualidade, em quantidade suficiente para a população em situação de fome e de pobreza. Contudo, a incorporação do conceito SAN nas políticas públicas continua sendo um grande desafio para o povo haitiano desde os anos 1980, sobretudo por causa da política liberal que tem efeitos devastadores na produção nacional, sobretudo alimentar.

A fome está diretamente associada à pobreza, e acontece quando um povo não tem acesso e disponibilidade de alimentos, causando insegurança alimentar. Para Conti (2009, p. 16), a fome é um conjunto de sensações provocadas pela privação de nutrientes que incitam a pessoa a procurar os alimentos e que cessam com a sua ingestão.

Na pesquisa de campo realizada neste Trabalho de Conclusão de Curso, na seção de Liancourt, Comunidade de Verrettes, em Artibonite, os dados mostram que a insegurança alimentar e a fome estão presentes em cem por cento dos casos nas famílias entrevistadas.

Contatamos também a falta de acesso às condições de trabalho nas propriedades e ausência de assistência técnica pública. É inconcebível que os agricultores haitianos continuem a depender quase que exclusivamente de facão, enxada, faca “digo” e faca machete para a preparação de terras para cultivo, não tenham condições de garantir a irrigação da produção e dependam exclusivamente da estação chuvosa.

Para resolver os diferentes problemas encontrados entre os agricultores entrevistados, entendemos que o desenvolvimento da agricultura é

uma das grandes saídas, que pode permitir a redução da pobreza, da fome, da insegurança alimentar e da desigualdade social. Os governos do Haiti devem estabelecer diferentes programas sociais, por meio das políticas públicas, que tratem de reforma agrária, créditos para agricultura, cooperativismo e equipamentos apropriados para produção, para melhorar a condição social dos agricultores. Tal ação pode contribuir para a garantia da soberania alimentar do país, que determina a capacidade de produzir e consumir a própria alimentação.

O fortalecimento da agricultura haitiana é um dos grandes desafios a ser resolvido pelos futuros líderes, visto que a problemática da insegurança alimentar no país não está apenas ligada aos fatores sociais e ambientais, mas é também político. Este fortalecimento tem que considerar a realidade dos agricultores caracterizados por pequenas propriedades, com baixo acesso à educação, baseados na produção para autoconsumo, em que é necessária a valorização e difusão de tecnologias adaptadas à realidade socio-produtiva local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, N.; GOMES JUNIOR, N. N. Segurança alimentar e nutricional como princípio ético social de orientação de políticas públicas nacionais. In. ALMEIDA FILHO, N. RAMOS, P.(orgs). **Segurança alimentar: produção agrícola e Desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010.
- ALMEIDA FILHO, N.; VIVERO, J. L. A consolidação do combate à fome e do direito à alimentação nas agendas políticas da América Latina. In. ALMEIDA FILHO, N. RAMOS, P.(orgs). **Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010.
- ALTINEUS, F. Espaces agraires en Haiti: Structure foncière et production du riz dans le département Artibonite, 2015. **Dissertação de Mestrado**. UNICAMP. Disponível em: <
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/287754> >. Acesso: 10-9-2017
- BELIK, W. Perspectivas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e Sociedade. **Saúde e Sociedade** v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.
- BELIK, W. Desenvolvimento territorial e soberania alimentar. In. ALMEIDA FILHO, N. RAMOS, P.(orgs). **Segurança alimentar: produção agrícola e Desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010.
- BERNARDIN, E. **L'Espace Rural Haïtien**. Port-au-Prince: Collection les Classiques de l'Université, 1997. 2^evol.
- BOISROLIN, H. **La Revolución Haitiana (1791–1804). Una contribución para superar el olvido y el abandono**. 2008. Disponível em <http://nacionalypopular.com/2008/08/23/la-revolucion-haitiana-1791-ae-1804-una-contribucion-para-superar-el-olvido-y-el-abandono/> Acesso em: 24-10-2018.
- BURITY, V. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**[et al.]. Brasília - DF: ABRANDH, 2010. 204p.

CANÇADO. T.C.L.; SOUZA. R. S; CARDOSO. C.B. S. Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. Trabalho apresentado no **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014. Disponível em:<
http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_comp_letto/TC-10-45-499-410.pdf> Acesso em: 14-10-2018.

CENTRE TECHNIQUE DE COOPERATION AGRICOLE ET RURALE (CTA). **Le lien entre agriculture et nutrition en Haïti**, 2017. Disponível em:<
https://publications.cta.int/media/publications/downloads/2019_PDF.pdf>. Acesso em :8/10/2018.

CHARLES, J.G e al. Tendances récentes wt situation actuelle de l'éducation et de la formation des adultes (EdFoA), **Rapport national de la République d'Haïti**, 2008. Disponível em :<
http://uil.unesco.org/fileadmin/multimedia/uil/confintea/pdf/National_Reports/Latin%20America%20-%20Caribbean/Haiti.pdf> .Acesso em: 24-10-2018.

CHARIER,D; MUET, D. Le magasin coopératif du Mouvman Peyizan Lyancou (Haïti). **Bulletin de Solidarité Mondiale contre la Faim**, 2002. Disponível em,
http://www.recim.org/solidareco/fr744.htm?fbclid=IwAR1OwHTSSX_CU-rveew9KbY13KKEBgILqx2853nCLN-rWNvJA39FRiFprCM. Acesso em, 24-02-2019.

CHONCHOL, J. A soberania Alimentar. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v.19, nº 55, 2005.

COMISSION ECONOMIQUE POUR L'AMERIQUE LATINE (CEPAL). **Analyse des Indicateurs macroéconomiques de 1980-2005**. Chile, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL (CONSEA). **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, Brasília, 2004.

CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009. Disponível em:
<https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/documentos/arquivos/conceitosbasicos%20SAN.pdf>. Acesso em: 09-12-2018

COORDINATION NATIONALE DE LA SECURITE ALIMENTAIRE (CNSA).

Enquête nationale de la sécurité alimentaire (ENSA), 2011, 182 p.

Disponível em:< [http://www.cnsa509.org/Web/Etudes/Rapport%20final%20enquete%20nationale\(ENSA\).pdf](http://www.cnsa509.org/Web/Etudes/Rapport%20final%20enquete%20nationale(ENSA).pdf)>. Acesso em: 07-11-2018.

COORDINATION NATIONALE DE LA SECURITE ALIMENTAIRE (CNSA).

«Actualisation du plan nacional de sécurité alimentaire et nutritionnelle» PNSAN VERSION FINALE mars 2010.Disponível em :

<<https://www.scribd.com/document/67583863/ACTUALISATION-DU-PLAN-NATIONAL-DE-SECURITE-ALIMENTAIRE-ET-NUTRITIONNELLE>>.Acesso em: 06-12-2018

COORDINATION NATIONALE DE LA SECURITE ALIMENTAIRE (CNSA).

Enquêtesur les conditions de vie Haiti. 2001. Disponível

em :http://www.ihsi.ht/pdf/ecvh/pnud_livre_enquete_volume_II.2001pdf.

Acesso em :8/9/2018.

DAVID, G.; NANDY, S. **Pobreza Absoluta en Haití en el Siglo XXI Reporte para la UNICEF Haití**, 2007.

DORCENT, J. E.; NOSTER, T. Artibonite/Conflit terrien : les humanitaires se mobilisent, MINUSTAH, **Riefel Web**, 13/01/2014. Disponível em < <https://reliefweb.int/report/haiti/artiboniteconflit-terrien-les-humanitaires-se-mobilisent>>

FERNANDO. M. J et al. **Introducción al análisis de políticas públicas** ed. - Florencio Varela: Universidad Nacional Arturo Jauretche, 2013.

GEO HAITI. **État et Perspectives de l'Environnement**, 2010. Disponível em: <[http://www.pnuma.org/deat1/pdf/GEO_Haiti2010\(web\).pdf](http://www.pnuma.org/deat1/pdf/GEO_Haiti2010(web).pdf) >Acesso 02-11-2018

GERARD,J, **Haïti enregistre le taux d'inflation le plus élevé dans la région**

Disponível em:< <https://lenouvelliste.com/article/173913/haiti-enregistre-le-taux-dinflation-le-plus-eleve-dans-la-region>>. Acesso em: 10-10-2018.

GOMES, Rogério. A produção científica sobre segurança alimentar e nutricional nos períodos latino-americanos da base de dados scielo. 2015. 73 p. **Trabalho de Conclusão de Curso** de graduação em

Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

GOMES JUNIOR, N. N. **Segurança alimentar nutricional: diálogos de posições**. Cadernos do CEAM, UnB, 2008.

GROUPE D'ACTION FRANCOPHONE POUR L'ENVIRONNEMENT (GAFE). **RéPERTOIRE organisations communautaires de base OCB**, 2017. Disponível em: <http://ht.one.un.org/content/dam/unct/haiti/docs/OCB%20Haïti%20repertoire/Repertoire%20OCB.pdf>. Acesso em: 20-2-2019

HAITI. Séminaire final dans le cadre de l'audit organisationnel de la thématique Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle (SAN), **La sécurité alimentaire et nutritionnelle (SAN): un défi majeur de gouvernance administrative en Haïti**. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/haiti/la-s-curite-alimentaire-et-nutritionnelle-san-un-d-fi-majeur-de-gouvernance>>. Acesso em: 02/09/2018.

HAITI. **Identificação da seção de Liancourt**. Disponível em: http://agriculture.gouv.ht/statistiques_agricoles/EnqueteCommunautaire/documents/053201.html#aisb>. Acesso em: 21-11-2018

HIRAI, W. G. **Segurança alimentar em tempos de (in)sustentabilidades produzidas**. Porto Alegre, 2009.

INSTITUT HAITIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE (IHSI). **Population totale, population de 18 ans et plus ménages et densités em 2015**. Disponível em: http://www.ihsi.ht/pdf/projection/estimat_poptotal_18ans_menag2015.pdf Acesso em: 21-11-2018

INSTITUT HAITIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE (IHSI). **Population, croissance économique et emploi**. 2014. Disponível em: http://www.ihsi.ht/Syssem/devoir/population_croissance/MPCE_IHSI_ONPES_POPULATION_CROISSANCE_ECONOMIQUE_EMPLOI.pdf> Acesso em: 24-10-2018.

INSTITUT HAITIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE (IHSI). **Objectifs du millenaire pour le developpement – Etat, Tendances et**

perspectives. Rapport IHSI, Decembre 2009. Disponível em: <<http://www.ht.undp.org/content/dam/haiti/docs/mdg/IHSI%202009%20Document%20Analyse%20OMD.pdf>>. Acesso em: 07-11-2018.

JAIME, T.M.; JAIRO, S. A. **Introducción a las Políticas Públicas: Conceptos y herramientas desde la relación entre Estado y ciudadanía**, 2013. Disponível em: <http://www.funcionpublica.gov.co/eva/admon/files/empresasZW1wcmVzYV83Ng==/imgproductos/1450056996_ce38e6d218235ac89d6c8a14907a5a9c.pdf>. Acesso em: 11/10/2018.

JOSEPH, G. C e al. Tendances récentes wt situation actuelle de l'éducation et de la formation des adultes (EdFoA). **Rapport national de la République d'Haïti**, 2008. Disponível em: <http://uil.unesco.org/fileadmin/multimedia/uil/confintea/pdf/National_Reports/Latin%20America%20-%20Caribbean/Haiti.pdf> .Acesso em: 24-10-2018.

JÚNIOR, N. N. G. **Segurança Alimentar e Nutricional como Princípio Orientador de Políticas Públicas no Marco das Necessidades Humanas Básicas**, Brasília-DF, 2007.

KAHWA I. A.; RAMKISSOON, H. **Rapport de l'UNESCO sur la science, Les pays de la CARICOM**, 2006. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc_usr05_caricom_fr.pdf>. Acesso em: 24-10-018.

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDHA, 2013. Disponível em: <<http://www.oda-alc.org/documentos/1374763097.pdf>>. acesso em: 11/10/2018.

LOPES, B. L; AMARAL, J. N. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.) – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p. Disponível em

<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf> Acesso em: 14-10-2018.

LOUIS, J. M. **Linvention d'Haiti comme société pauvre: L'herméneutique de la société pauvre haitienne**, 2010. Disponível em: <<https://archipel.uqam.ca/3285/1/D1931.pdf>>. Acesso em: 14-10-2018.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. **Caderno Segurança Alimentar**. 2001. Disponível em: <ag20.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf>. Acesso em: 22-11-2018.

MALUF, R. S., MENEZES, F. e VALENTE, F. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Vol. IV. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, Campinas, 1996, p. 66-88.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MALUF, Renato S; REIS, Márcio Carneiro dos. Conceitos e Princípio de Segurança Alimentar e Nutricional. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (orgs). **Segurança Alimentar E Nutricional; perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Fio Cruz, 2013.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MARDEGAN, G. E. Segurança alimentar, sua origem e as medidas de prevenção do Brasil e Argentina. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geografia**, 10-14 de agosto de 2014. , Vitória, Espírito Santo. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404153327_ARQUIVO_Glauria_mardegan.pdf Acesso em: 08-11-2018

MATHURIN, E.. BAYARD, B. **Etat des lieux de la securite alimentaire en Haiti**, mars 2008. Disponível em: < https://www.ciso.qc.ca/wordpress/wp-content/uploads/haiti_mathurin.pdf>. Acesso em: 08-11-2018

- MENEZES, F. **Segurança alimentar: um conceito em disputa e construção**. Rio de Janeiro, IBASE. 2001.
- MINISTERE DE L'AGRICULTURE, DES RESSOURCES NATURELLES ET DEVELOPPEMENT RURAL (MARNDR), **Programme Triennal de Relance Agricole 2013-2016**. République d'Haïti, 2013. Disponible em: https://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/ProgrammeTriennalRelanceAgricole_LIVRET_0718.pdf. Acesso em: 07-11-2018.
- MINISTERE DE L'AGRICULTURE, DES RESSOURCES NATURELLES ET DEVELOPPEMENT RURAL (MARNDR). Site Web Officiel Département de l'Artibonite, 2012. Disponible em: < <https://agriculture.gouv.ht/view/01/?Artibonite#.W-NrdNJKjIU> > .Acesso em: 07-11-2018
- MINISTERE DE L'ENVIRONNEMENT, MINISTERE DE L'INTERIEUR ET DE COLLECTIVITES TERRITORIALES ET POST DIASTER NEEDS ASSESSMENT (PNA) (2010). **Évaluation des besoins après désastre séisme du 12 janvier 2010**, Haïti, 55 pages (Rapport Provisoire du Groupe Environnement / Gestion des Risques et des désastres 9 mars 2010)
- MINISTERE DE LA SANTE PUBLIQUE ET DE LA POPULATION (MSPP). **Analyse du secteur santé pour la réforme**, 2003.
- MINISTERE DE LA SANTE PUBLIQUE ET DE LA POPULATION (MSPP). **Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services EMMUS-V HAÏTI**, 2012.
- MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados** 9 (24), 1995. Disponible em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a09.pdf> > . Acesso em: 04/12/2018.
- NICOLAS, S. L'accord de partenariat économique (APE), que faire? **Nouveliste**, 2017. Disponible em: < <https://lenouvelliste.com/article/171745/laccord-de-partenariat-economique-ape-que-faire> > . Acesso em: 25-10-2018.
- OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). **Profil humanitaire départemental Haïti – Artibonite** (mars 2012)

Disponível

em: https://minustah.unmissions.org/sites/default/files/old_dnn/pdfs/ocha/OCHA_ProfilDep_Artibonite.pdf>. Acesso em: 07-11-2018.

OFFICE FRANÇAIS DE PROTECTION DES RÉFUGIES ET APATRIDES (OFPRA), FRANCE. DIVISION D'INFORMACION DOCUMENTATION ET RECHERCHES. Les Conflits Fonciers, 2017. Disponível em <https://reliefweb.int/report/haiti/artiboniteconflit-terrien-les-humanitaires-se-mobilisent>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, 1966. Disponível em: < <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos.%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>>. Acesso em: 04/12/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**, 1948, Brasília. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 04/12/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e plano de acção da Cimeira Mundial da Alimentação**, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: 02/10/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). ESCALA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE SEGURIDAD ALIMENTARIA (ELCSA): **Manual de uso y aplicaciones**. Roma: FAO, 2012. Disponible en: <http://www.fao.org/3/a-i3065s.pdf>

ORGANIZAÇÃO MUNDICAL DO COMÉRCIO (OMC). Conférence Ministérielle de l'OMC, Cancún 2003: **Notes d'Information pays membres et accessions**. Disponível em: < https://www.wto.org/french/thewto_f/minist_f/min03_f/brief_f/brief23_f.htm >. Acesso em: 25-10-2018

PARLATINO. **Lei Marco do Direito à Alimentação e Soberania Alimentar**, Parlamento Latino-Americano e Caribenho, Cidade do Panamá, 2018. Disponível em: <<http://parlatino.org/wp-content/uploads/2017/09/derecho-alimentacion-soberania-pt.pdf>>. Acesso: 08/09/2018.

PLATEFORME HAÏTIENNE DE PLAIDOYER POUR UN DEVELOPPEMENT ALTERNATIF (PAPDA). **Fiches pays Organisation membre du réseau Cadtm em Haiti**, 2010. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/fiche-haiti.pdf>>. Acesso em: 26-10-2018.

PLATEFORME HAÏTIENNE DE PLAIDOYER POUR UN DEVELOPPEMENT ALTERNATIF (PAPDA). **Haïti dans l'impasse des politiques de libéralisation commerciale L'opportunité d'un Moratoire aujourd'hui**, 2011. Disponível em: <http://www.papda.org/IMG/pdf/Argumentaire_pour_un_moratoire_sur_les_Accords_de_liberalisation_commerciale_en_Haiti_Finale.pdf> Acesso em: 20-10-2018.

PESSANHA, L. D. R. Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: implicações e conexões para o caso brasileiro. **Tese (doutorado)**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

PINTO, J. N. **Manual Segurança Alimentar e Nutricional**, Coimbra, 2013. Disponível em: <http://www.ue-paane.org/files/2214/6055/5309/7_Manual_SAN.pdf>. Acesso em: 04/12/2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Protection de l'environnement**. Disponível em: <<http://www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/ourwork/environmentandenergy/overview.html>>. Acesso em: 04-11-2018

RAINHORN, J. D. **Haiti réinventer l'avenir**, 2012.

SILVA, C.C.S; et al. Associação entre consumo alimentar e (in)segurança alimentar e nutricional em São José dos Ramos - PB. **Braz. J. Food Technol**, 2012, vol.15, n.spe, pp.23-30.

THERNO N. A., S. P. J. G. **Et si Haïti ratifiait l'Accord de partenariat économique**, 2018.< <http://www.lenational.org/haiti-ratifiait-laccord-de-partenariat-economique/>>. Acesso em:25-10-2018.

UE-PAANE – PROGRAMA DE APOIO AOS ACTORES NÃO ESTATAIS “NÔ PINTCHA PA DIZINVOLVIMENTU”. Manual segurança alimentar e nutricional, 2013.

UNITED NATIONS SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH AGENCY (UNFPA). **Population, Environnement et Changement Climatique**. Disponível em: <https://haiti.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Changement_climatiquevers_2.pdf>. Acesso em: 03-11-2018

VALENTE, F. L. S. **Frustrações e desafios cinco anos depois**. Observatório da Cidadania, 2002.

WIKIA. **Haiti local**.Disponível em:< <http://haiti.wikia.com/wiki/Liancourt> > em: 21-11-2018

ZIEGLER, J. **Destruição massiva Geopolítica da fome**, São Paulo: Cortez, 2012.